

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 4 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/9/2025

Às 14h15min, comparece à reunião o deputado Luizinho, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Luizinho, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação da educação quilombola no Estado, com ênfase nas comunidades da região, e temas correlatos que afetam diretamente o direito à educação dessas populações. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Aline Maria Rodrigues dos Santos, assessora da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba, representando a superintendente; Beatriz Borges Bastos, técnica social do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH –, representando a coordenadora-geral do PPDDH, e vice-diretora do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania; Edna Correia de Oliveira, presidenta da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais N'Golo; Cidelcina Cardoso Farias de Oliveira, diretora da Escola Municipal Marechal Floriano; Josilan Wanery Fernandes Moreira dos Anjos, diretora da Escola Estadual Zoé Machado; Mônica Maria de Oliveira, coordenadora de Orçamentos e Finanças do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR – de Jaíba; e Severina Dourado de Oliveira, diretora de comunicação da Câmara Municipal de Jaíba, representando o presidente; e os Srs. José Almir Esposito Barbosa, diretor da Associação Quilombola Arapuim em Verdelândia; Nilton Nunes de Oliveira, subprocurador da Prefeitura Municipal de Jaíba, representando o prefeito; e Reginaldo Ferreira de Oliveira, secretário de Educação de Jaíba. O presidente faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2025.

Lohanna, presidenta.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/9/2025

Às 16h2min, comparecem à reunião e os deputados Doorgal Andrada, Professor Cleiton, Gustavo Valadares (substituindo o deputado Zé Laviola por indicação da liderança do BMF), Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Bruno Engler por indicação da liderança do PL) e João Magalhães (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência recebe as Propostas de Emendas nºs 1 a 62, 64 a 225 e 227 a 267 ao Projeto de Lei nº 3.733/2025. Registra-se a presença da deputada Maria Clara Marra e dos deputados Zé Laviola, Doutor Jean Freire, Lucas Lasmar e Noraldino Júnior, membros da comissão. A presidência convoca reunião extraordinária para o dia 30/9/2025, às 14 horas, para apreciar o Projeto de Lei nº 3.733/2025 e suspende os trabalhos. O Projeto de Lei nº 3.733/2025 deixa de ser apreciado por encerramento da reunião por decurso do prazo.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Maria Clara Marra – Zé Laviola – João Magalhães – Bella Gonçalves – Bruno Engler.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/9/2025

Às 11h3min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a saída do deputado Bruno Engler e a presença do deputado Lincoln Drumond (substituindo o deputado Eduardo Azevedo, por indicação da liderança do PL). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 26/6/2025, dois ofícios em 1º/8/2025 e dois ofícios em 21/8/2025); do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (um ofício em 19/6/2025 e dois em 1º/8/2025); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 19/6/2025 e dois ofícios em 1º/8/2025); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (dois ofícios em 1º/8/2025). A presidência comunica que será solicitada a reiteração do Requerimento em Comissão nº 8.371/2024. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.302/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Lincoln Drumond); e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.761/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 13.968 e 13.997/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.360/2025, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Rurais de Campo Belo, nas pessoas dos Srs. Alessandro Mior Gambogi, delegado regional; José

Rubens Nogueira Neto, delegado de polícia; José Cláudio Elias, inspetor de polícia; Higor Rey Vilela, subinspetor de polícia; Cleber Carlos de Souza, João Paulo Rodrigues Sousa, Leonardo Mancini Rodrigues, Lucas Augusto Vieira Silva, Daivid Vinicius Pereira de Paula e Cleber Rodrigues da Ciqueira, investigadores de polícia; e Igor Ferreira Rosa, escrivão de polícia; e da Sra. Giovanna Carla, escrivã de polícia, pela competência e pelo empenho nas investigações realizadas no âmbito da Operação Porteira Aberta, deflagrada em 3/9/2025, que resultou no cumprimento de quatro mandados de prisão temporária e na busca e apreensão realizada nos Municípios de Januária, Formiga, Candeias e Mogi das Cruzes (SP) e na localização e apreensão de seis tratores, furtados nas cidades de Campo Belo, Candeias, Curral de Dentro e Pains;

nº 17.368/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura modelo 4x4, o fornecimento de novos coletes à prova de balas, a designação de maior efetivo policial e a disponibilização de um cofre adequado para guarda de armamento tipo calibre 12 para unidade da PMMG no Município de Sobrália;

nº 17.369/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de viatura modelo 4x4 à unidade da PMMG no Município de Itanhomi;

nº 17.383/2025, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Maj. PM Cesar Henrique Bittencourt Cunha, o 3º-Sgt. PM Fabiano Carvalho dos Santos, o 2º-Sgt. PM Andre Justino de Oliveira, o 3º-Sgt. PM Geraldo Domingos da Fonseca, o 3º-Sgt. PM Cassio Nataniel do Nascimento, o 3º-Sgt. PM Mozar Francisco de Balbino Jr., o 3º-Sgt. PM Breno do Carmo Damaso, o Cb. PM Paulo Henrique Quadros Silva, o Cb. PM Helison Raimundo Lopes, o Cb. PM Gabriel Bonifácio de Souza, o Cb. PM Arnaldo Viana de Araujo Junior, o Cb. PM Markus Antonius Soares Rodrigues e o Sd. PM Gabriel Gontijo Lellis pela atuação exemplar em operação que resultou na apreensão de mais de 600kg de maconha na MG-050, em São José dos Salgados, Distrito de Carmo do Cajuru;

nº 17.384/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinação de uma viatura modelo 4x4 e de armamento tipo calibre 12 à unidade da PMMG no Município de Engenheiro Caldas;

nº 17.392/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinação de armamento tipo calibre 12 e novos coletes à prova de balas, tendo em vista que os atualmente disponíveis se encontram vencidos, à unidade da PMMG no Município de Alpercata;

nº 17.393/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinação de armamento tipo pistola de emissão de impulso elétrico (Spark) e de mais uma viatura à unidade da PMMG no Município de Tarumirim;

nº 17.394/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinação de armamento tipo calibre 12 à unidade da PMMG do Município de Fernandes Tourinho, a substituição dos coletes à prova de balas disponíveis nesse destacamento policial, atualmente vencidos, e a reforma da referida unidade, tendo em vista que a fração existente é antiga e se encontra em avançado estado de deterioração;

nº 17.457/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam instaurados os devidos procedimentos administrativos e os processos apuratórios acerca do suposto cometimento de crimes, inclusive de calúnia, pelo Sr. André Luís dos Santos, professor da Escola Estadual da Cidade Industrial, em Uberlândia, ao associar o deputado federal Nikolas Ferreira ao Primeiro Comando da Capital – PCC;

nº 17.458/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de armamento tipo taser, armamento calibre 12 e coletes à prova de balas para substituição dos atualmente vencidos à unidade da PMMG no Município de Tumiritinga;

nº 17.459/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a substituição dos coletes à prova de balas atualmente em uso na unidade da PMMG no Município de Alvarenga, visto que todos estão vencidos, sem condições de garantir a proteção adequada aos militares;

nº 17.460/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura modelo 4x4 à unidade da PMMG no Município de Itueta;

nº 17.461/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para o aumento do efetivo policial do pelotão da PMMG no Município de Resplendor;

nº 17.462/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura modelo 4x4 ao pelotão da PMMG do Município de Conselheiro Pena;

nº 17.463/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura modelo 4x4 à unidade da PMMG no Município de Cuparaque;

nº 17.464/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinação de uma viatura modelo 4x4 à unidade da PMMG no Município de São Geraldo do Baixio;

nº 17.465/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG pedido de providências para a substituição da espingarda calibre 12, do fuzil calibre 5,56 e da viatura atualmente em uso por uma viatura modelo 4x4 na unidade da PMMG no Município de Santa Rita do Itueto;

nº 17.467/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre o quantitativo de servidores previsto em regulamento e o efetivo atualmente existente nas delegacias distritais, nas delegacias especializadas de atendimento à mulher, nas delegacias especializadas de repressão a crimes rurais e no plantão digital das unidades policiais, bem como sobre o quantitativo de servidores civis *ad hoc* em atuação nas delegacias do Estado, detalhado por município;

nº 17.468/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para, na condição de integrantes do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin –, autorizar a realização de concurso público e nomeações para repor, com a devida urgência, as vacâncias no quadro de servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, tendo em vista o grande déficit de efetivo nesse quadro, o que gera sobrecarga de trabalho para os servidores e causa adoecimento, além de dificultar a execução do trabalho da maneira mais adequada;

nº 17.477/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a apuração dos fatos registrados nos Reds nºs 2024-057041799-001 e 2025-003175787-001, na cidade de Juatuba, referentes à morte do civil Wesley Vinícius Carvalho da Silva, em 21/12/2024, que teria sido vítima de homicídio;

nº 17.478/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para viabilizar a destinação de duas viaturas novas para o 4º Pelotão da 35ª Companhia da Polícia Militar, no Município de Rio Pomba;

nº 17.479/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para viabilizar a destinação de uma viatura nova para a PMMG no Município de Volta Grande, uma vez que a frota atual está sobrecarregada diante do aumento das demandas operacionais e da complexidade crescente da criminalidade transnacional na região;

nº 17.485/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja garantido que nenhum policial civil exerça suas funções de forma isolada, seja no interior das unidades policiais, em escoltas ou em qualquer deslocamento com viatura em serviço, bem como para que os peritos criminais sejam sempre acompanhados por outro policial nos deslocamentos necessários à realização do trabalho, de modo a assegurar a integridade e a segurança dos servidores.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler – Delegado Christiano Xavier – Lincoln Drumond.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/9/2025

Às 14h12min, comparecem à reunião a deputada Nayara Rocha e os deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.423/2024, no 1º turno (deputado Charles Santos), 3.153/2024 e 3.292 e 3.294/2025, no 1º turno (deputada Nayara Rocha) e 3.138/2024, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Charles Santos, membros da comissão. O Projeto de Lei nº 3.522/2022 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela comissão. É aprovado, ainda, o requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita sejam os Projetos de Lei nºs 3.451/2025, 2.485/2024, 3.286 e 3.339/2025 e 1.959 e 2.451/2024 apreciados em primeiro lugar, nessa ordem. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, na forma do vencido em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.451/2025 (relator deputado Sargento Rodrigues), em 2º turno; pela aprovação, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 2.485/2024 (relator: deputado Sargento Rodrigues); pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 3.286/2025 (relator deputado Sargento Rodrigues); pela aprovação, na forma do vencido em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.339/2025 (relatora deputada Nayara Rocha); pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, dos Projetos de Lei nºs 1.959/2024 e 2.451/2024 (relatora deputada Nayara Rocha). São aprovados, ainda, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, na forma do vencido em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.695/2023 e 1.977/2024 (relator deputado Charles Santos), 2.714/2024 (relatora deputada Beatriz Cerqueira), todos em 2º turno; pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, dos Projetos de Lei nºs 1.568/2023 (relator deputado Professor Cleiton), 2.436/2024 (relatora deputada Beatriz Cerqueira), 3.197/2024 (relator deputado Charles Santos) e 3.286/2025 (relator deputado Sargento Rodrigues); e pela aprovação, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 3.724/2025 (relator deputado Rodrigo Lopes), todos em 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 13.898, 13.956, 14.082 e 14.093/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n° 17.194/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância dos serviços prestados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema –, bem como a necessidade de esses serviços serem considerados essenciais à segurança pública do Estado;

n° 17.220/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao controlador-geral do Estado pedido de informações sobre eventuais denúncias que o órgão tenha recebido nos últimos cinco anos com relação a licenciamento ambiental, especialmente as relativas à região de Ouro Preto, à Serra do Botafogo ou à Serra do Curral, esclarecendo-se que andamento foi dado a tais denúncias e por que elas não resultaram em processo administrativo disciplinar contra os envolvidos;

n° 17.301/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quais ativos o Estado tem interesse em repassar para a Minas Gerais Participações S. A. – MGI – para que sejam federalizados juntamente com a empresa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2025.

Adalclever Lopes, presidente – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/9/2025

Às 14h13min, comparecem à reunião a deputada Lohanna e os deputados Ricardo Campos e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Lohanna, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença da deputada Ana Paula Siqueira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei n° 1.678/2023 na forma do Substitutivo n° 2 (relator: deputado Roberto Andrade); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 2.574/2021 na forma do Substitutivo n° 2 (relator: deputado Ricardo Campos), e 3.536/2025 (relator: deputado Ricardo Campos, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei n° 3.115/2024 é retirado da pauta por determinação da presidenta da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Retira-se o deputado Roberto Andrade. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento n° 14.057/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n° 16.454/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da assistência farmacêutica para a saúde da mulher;

n° 16.839/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a adesão de Minas Gerais ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e sobre o Plano de Metas para o Enfrentamento Integrado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher apresentado pelo governo do Estado ao Ministério das Mulheres;

nº 16.863/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à ministra das Mulheres pedido de informações sobre a adesão do Estado ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, bem como sobre a avaliação do ministério de que é titular em relação ao Plano de Metas para o Enfrentamento Integrado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, apresentado pelo governo do Estado;

nº 16.993/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à defensora pública-geral do Estado pedido de informações acerca da viabilidade da disponibilização de estrutura especializada para atendimento às mulheres em situação de violência de gênero no Município de Conselheiro Lafaiete, em conformidade com a Deliberação nº 526, de 2025, com equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas jurídica, psicológica e de serviço social, conforme previsto no art. 6º do referido ato normativo; da promoção de fluxos de acolhimento e atendimento padronizados para garantir atendimento humanizado, célere e eficaz às mulheres do município, com o suporte da Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – Cedem; da realização de parcerias com os equipamentos públicos existentes em Conselheiro Lafaiete, tais como o Creas, o Cras e outros serviços municipais, bem como com organizações da sociedade civil, visando à integração e ao fortalecimento da rede local de enfrentamento da violência; e da promoção de ações de capacitação regulares para os servidores e servidoras da unidade local da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – e para os parceiros da rede, para atuação com perspectiva de gênero, raça e outros marcadores sociais, conforme diretrizes da deliberação; e sobre as providências adotadas pela DPMG para implementação do plano de ação para garantir o acesso das mulheres de Conselheiro Lafaiete à assistência jurídica integral e qualificada;

nº 17.008/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.500/2021, que institui o Dia Estadual da Mulher na Política, a ser comemorado no dia 24 de fevereiro;

nº 17.196/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que, em parceria, providenciem e forneçam transporte gratuito, adaptado, adequado e confortável para as pessoas com doenças raras e deficiências múltiplas e seus familiares cuidadores, as quais necessitam, com frequência, se deslocar do interior até a capital do Estado para a realização de consultas e exames, entre outros procedimentos, necessários para o tratamento dessas doenças, haja vista todas as dificuldades enfrentadas nesse deslocamento, sobretudo devido às várias particularidades e necessidades que as deficiências múltiplas implicam; e seja encaminhado o *link* para o inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 19/9/2025 com a finalidade de debater os impactos da síndrome de Rett na vida das mulheres e das mães cuidadoras, bem como as políticas públicas necessárias para garantir o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio financeiro e o reconhecimento dos direitos dessas mulheres e suas famílias;

nº 17.197/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que, a fim de promover o acesso à educação inclusiva de pessoas com síndrome de Rett e de pessoas portadoras de outras doenças raras e deficiências múltiplas, seja promovida e fomentada a capacitação dos profissionais de educação da rede pública de ensino do Estado, em especial professores, de modo a promover o acesso de pessoas com síndrome de Rett à educação inclusiva; sejam adaptados espaços, materiais didáticos e atividades, no âmbito das unidades de ensino estaduais; e sejam promovidas campanhas permanentes de conscientização acerca dos aspectos e das particularidades relacionados a pessoas portadoras dessas doenças e seus familiares cuidadores; e seja encaminhado o *link* para o inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 19/9/2025 com a finalidade de debater os impactos dessa síndrome na vida das mulheres e das mães cuidadoras, bem como as políticas públicas necessárias para garantir o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio financeiro e o reconhecimento dos direitos dessas mulheres e suas famílias;

nº 17.198/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam criados centros de referência regionais com equipe multidisciplinar para acompanhamento

clínico de pacientes com síndrome de Rett; seja promovida e fomentada a capacitação dos profissionais de saúde da rede pública do Estado, em especial médicos e enfermeiros, no diagnóstico e no tratamento de pessoas com essa síndrome, haja vista a importância do diagnóstico precoce e do devido acompanhamento dessas pessoas; e seja a síndrome de Rett incluída nos protocolos estaduais de doenças raras; e seja encaminhado o *link* para o inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 19/9/2025 com a finalidade de debater os impactos dessa síndrome na vida das mulheres e das mães cuidadoras, bem como as políticas públicas necessárias para garantir o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio financeiro e o reconhecimento dos direitos dessas mulheres e suas famílias;

nº 17.199/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que, sempre que solicitado, conceda jornadas de trabalho reduzidas para os servidores com dependentes com síndrome de Rett e outras doenças raras, bem como o *link* para o inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 19/9/2025 com a finalidade de debater os impactos dessa síndrome na vida das mulheres e das mães cuidadoras e as políticas públicas necessárias para garantir o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio financeiro e o reconhecimento dos direitos dessas mulheres e suas famílias;

nº 17.200/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais pedido de providências para que atue no processo administrativo de pedido de jornada reduzida para a Sra. Jaqueline Cardoso Zeferino, professora da Faculdade de Educação, e conceda o benefício conforme solicitado, haja vista sua comprovada situação de responsável pelos cuidados de sua irmã, portadora da síndrome de Rett; e seja encaminhado o *link* para acesso ao inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 19/9/2025, com a finalidade de debater os impactos dessa síndrome na vida das mulheres e das mães cuidadoras, bem como as políticas públicas necessárias para garantir o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio financeiro e o reconhecimento dos direitos dessas mulheres e suas famílias;

nº 17.201/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS – e ao Ministério da Previdência Social – MPS – pedido de providências para que sejam concebidas e implementadas políticas públicas de apoio financeiro e previdenciário para as mães cuidadoras de pessoas com síndrome de Rett, tais como a inclusão em programas sociais específicos, aposentadoria especial e licenças ampliadas; e seja encaminhado o *link* para o inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 19/9/2025, com a finalidade de debater os impactos dessa síndrome na vida das mulheres e das mães cuidadoras, bem como as políticas públicas necessárias para garantir o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio financeiro e o reconhecimento dos direitos dessas mulheres e de suas famílias;

nº 17.202/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde – MS – pedido de providências para que seja fomentada a criação de centros de referência regionais estaduais com equipe multidisciplinar para acompanhamento clínico de pacientes com síndrome de Rett; seja promovida e fomentada a capacitação dos profissionais de saúde da rede pública, em especial médicos e enfermeiros, no diagnóstico e no tratamento de pessoas com essa síndrome, haja vista a importância do diagnóstico precoce e do devido acompanhamento dessas pessoas; seja a síndrome de Rett incluída nos protocolos de doenças raras, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS; seja garantido, por meio do SUS, o acesso ao exame genético (MECP2) para diagnóstico dessa síndrome; seja garantido o acesso a consultas e exames urgentes, devido à necessidade dos tratamentos para estabilizar os sintomas da referida síndrome; e seja disponibilizado, no âmbito do SUS, o medicamento DayBue, específico para tratar a síndrome de Rett; e seja encaminhado o *link* para o inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 19/9/2025 com a finalidade de debater os impactos dessa síndrome na vida das mulheres e das mães cuidadoras, bem como as políticas públicas

necessárias para garantir o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio financeiro e o reconhecimento dos direitos dessas mulheres e suas famílias;

nº 17.203/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que, em conjunto, concebam e implementem um programa estadual de apoio à mulher cuidadora de pessoas com doenças raras e deficiências múltiplas, incluindo suporte à saúde física e mental, orientação socioassistencial e jurídica, alternativas para eventual geração de renda, entre outras políticas e serviços; criem uma casa de apoio em Belo Horizonte para as pessoas com doenças raras e deficiências múltiplas e seus familiares cuidadores, que necessitam, com frequência, se deslocar do interior até a capital do Estado para a realização de consultas e exames, entre outros procedimentos, necessários para o tratamento dessas doenças, haja vista as dificuldades enfrentadas nesse deslocamento, sobretudo devido às particularidades e necessidades que as deficiências múltiplas implicam; fomentem a criação de espaços de convivência e casas de apoio em todos os municípios do Estado para as pessoas com doenças raras e deficiências múltiplas e seus familiares cuidadores; e seja encaminhado aos referidos órgãos o *link* para o inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 19/9/2025;

nº 17.286/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que seja fortalecido e estruturado o atendimento a pessoas com síndrome de Rett no Hospital Júlia Kubitschek, com a devida capacitação e especialização de sua equipe e ampliação de seu financiamento, haja vista ser o hospital a grande referência, no Estado, em doenças raras com complicações respiratórias, as quais são, quase sempre, a razão do agravamento das condições de saúde das pessoas com essa síndrome, muitas das quais indo a óbito devido a esse quadro; e seja encaminhado à Fhemig o *link* para o inteiro teor da 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 19/9/2025 com a finalidade de debater os impactos dessa síndrome na vida as mulheres e das mães cuidadoras, bem como as políticas públicas necessárias para garantir o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio financeiro e o reconhecimento dos direitos dessas mulheres e suas famílias;

nº 17.404/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao vereador Guilherme Campos da Rocha, da Câmara Municipal de Itaúna, pelos atos de constrangimento, exposição indevida da imagem e desrespeito à dignidade de servidora aposentada do Estado durante reunião do referido órgão;

nº 17.489/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a saúde integral da mulher e a equidade de gênero no contexto das servidoras ambientais do Estado;

nº 17.508/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o impacto da desapropriação e da remoção das mulheres que moram às margens da BR-381 para a ampliação da via, especificamente sobre as consequências sociais, econômicas e humanas dessa medida para as mulheres, muitas vezes chefes de família ou responsáveis por suas comunidades.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2025.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Lohanna – Ricardo Campos.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/9/2025

Às 16h13min, comparecem à reunião os deputados Arnaldo Silva, Leleco Pimentel e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Grego da Fundação. Havendo número regimental, o presidente, deputado

Arnaldo Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 944/2019, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Rodrigues Lopes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 13.497, 14.179 e 14.180/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.163/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o abastecimento de água no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG –, no Município de Almenara, por meio do programa Universaliza Minas, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa.

nº 17.375/2025, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja realizada audiência pública para debater os consórcios públicos mineiros, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar Mineira em Apoio aos Consórcios Públicos do Estado.

nº 17.490/2025, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a normalização do serviço de fornecimento de água em diversos bairros e comunidades na região do Barreiro, no Município de Belo Horizonte, que se encontram há mais de 12 dias com fornecimento irregular, garantindo o reforço imediato do fornecimento por caminhões-pipa, de forma a atender a demanda das famílias afetadas, e apresentando o cronograma com medidas técnicas e prazos para a solução definitiva do problema.

nº 17.506/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Avilmar dos Anjos Silva, ex-prefeito de Rio do Prado.

nº 17.510/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Mariana pedido de informações sobre a existência e a forma de acesso a estudos técnicos, elaborados no âmbito da Regularização Fundiária – Reurb –, relacionados ao cadastramento social dos núcleos, à infraestrutura viária, elétrica, de caminhabilidade e meio ambiente e às ações de controle e às intervenções necessárias, e sobre a forma de acesso aos estudos urbanísticos, visando subsidiar propostas para a resolução dos conflitos fundiários da região, em especial no Loteamento Santa Clara, no referido município.

nº 17.523/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, a governança das regiões metropolitanas no Estado e os critérios de escolha e nomeação dos diretores-gerais das agências das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2025.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2025

Às 9h5min, comparece à reunião a deputada Lohanna, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Lohanna, declara aberta a reunião. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da deputada Andréia de Jesus. A presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, a relevância do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –,

o planejamento de vagas e de funcionamento do Cicalt para os próximos anos, a execução das atividades nos anos anteriores e a inclusão do imóvel onde funciona o referido centro no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Secretaria de Estado de Educação, publicado no *Diário do Legislativo*, em 12/9/2025. Registra-se a presença das deputadas Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Adriene Sathler de Aguiar, assessora da Superintendência de Infraestrutura e Logística da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, representando o secretário; e Gabriela Veloso de Oliveira, representante do Movimento Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt Vivo; e os Srs. Danilo Lacerda da Mata, professor do Cicalt; Evandro Marcus Ribeiro, diretor do Cicalt; Reginaldo Antônio Guirlanda, analista educacional da Diretoria de Gestão do Atendimento Escolar da SEE, representando o secretário; Vitor Buitrago Aquino Matoso, engenheiro civil da Superintendência de Infraestrutura e Logística da SEE, também representando o secretário; e Wanderson de Sousa Cleres, diretor de Educação da Fundação Helena Antipoff – FHA –, representando a presidenta. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2025

Às 10h13min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Gil Pereira e Professor Cleiton (substituindo o deputado Leleco Pimentel, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes, e suspende os trabalhos. Às 10h41min os trabalhos são reabertos com presença da deputada Ana Paula Siqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Professor Cleiton (substituindo o deputado Leleco Pimentel, por indicação da liderança do BDL). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, o presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.740/2025, no 1º turno, e 4.148/2025, em turno único (deputado Betão); 3.602 e 4.169/2025, em turno único (deputado Celinho Sintrocel); e 2.474/2024, em turno único (deputado Leleco Pimentel). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.988/2024 (relator: deputado Celinho Sintrocel) na forma do Substitutivo nº 2. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.915/2025 (relator: deputado Betão), que recebeu parecer por sua aprovação. O Projeto de Lei nº 2.996/2024 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É designado relator o deputado Celinho Sintrocel para elaborar o relatório da visita à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro – de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.153/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Serviço Voluntário de Resgate – Sevor – pelos relevantes serviços em favor da vida na região de João Monlevade, microrregião do Médio Piracicaba, envolvendo mais de 16 municípios;

nº 17.214/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à Casa Esperança III, unidade de acolhimento de adolescentes em trajetória de vida nas ruas, em Belo Horizonte, para verificar as condições estruturais e de atendimento da referida unidade;

nº 17.270/2025, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Cemig Saúde pedido de providências para que seja dada celeridade aos entendimentos voltados à conclusão do acordo relativo ao plano de saúde dos trabalhadores, em conjunto com o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletró-MG –, de forma a atender à demanda da categoria;

nº 17.302/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para fortalecer as políticas de trabalho, emprego e renda sob sua responsabilidade, com ações específicas para atender os imigrantes com retorno forçado ao Estado, especialmente na região de Governador Valadares;

nº 17.303/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores – MRE – pedido de providências para acompanhar o caso do Sr. Luiz Felipe Silva Martus, jovem que foi preso nos Estados Unidos da América, até o seu retorno à família;

nº 17.304/2025, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Câmara dos Deputados pelos projetos de lei em tramitação nessa Casa Legislativa que visam instituir a política nacional de reintegração de brasileiros deportados;

nº 17.305/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para assegurar aos cidadãos deportados dos Estados Unidos da América que chegam ao Estado acolhimento humanizado e assistência integral, com atendimento jurídico, social e psicológico, inclusive para suas famílias;

nº 17.339/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as providências adotadas em relação ao acidente ocorrido em 4 de maio de 2025, em Santa Juliana, envolvendo trabalhadores eletricitários, especificando-se as providências imediatas que foram adotadas em relação aos trabalhadores acidentados e seus familiares; as ações estruturais de prevenção que estão sendo implementadas, inclusive no que diz respeito a formação, treinamento, dimensionamento de equipes e análise de risco; os procedimentos de acompanhamento e investigação que foram instaurados pela empresa, com participação dos representantes sindicais; as medidas que estão sendo tomadas para assegurar que os trabalhadores envolvidos não sejam submetidos a sanções disciplinares ou punitivas que superem o sofrimento já causado pelo acidente, com o objetivo de preservar seus direitos e a dignidade da pessoa humana, conforme preconiza a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

nº 17.340/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Saae – em Itabira pedido de providências para que, diante do anúncio de racionamento de água no município feito pela empresa em 23/9/2025, adote medidas emergenciais para assegurar a toda a população acesso a água potável, de modo a minimizar os impactos desse racionamento na vida das famílias itabiranas;

nº 17.341/2025, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Saae – de Itabira e à Prefeitura Municipal de Itabira por não assegurarem o abastecimento continuado de água a toda a população do município, deixando bairros inteiros sem água por mais de dez dias;

nº 17.342/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Cemig Saúde pedido de providências, especialmente de ordem financeira, para garantir o fortalecimento e o aprimoramento do

acordo referente ao Prosaúde Integrado – PSI – da Cemig Saúde, promovendo a tranquilidade e a segurança dos trabalhadores, trabalhadoras e aposentados;

nº 17.344/2025, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ulysses Gomes, Antonio Carlos Arantes e Lincoln Drumond, em que requerem seja encaminhado à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Fazenda pedido de providências para postergar o prazo para a indicação dos ativos a serem transferidos para a União como requisito para adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, conforme previsto no art. 10 do Decreto nº 12.433, de 14 de abril de 2025, de forma a possibilitar a conclusão do laudo de avaliação a ser expedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

nº 17.349/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas adotadas pelo seu Comitê de Auditoria Estatutário – Coaudi – relacionadas ao assessor especial da Copasa, Sr. Charles Evangelista, que esteve presente no ato antidemocrático de ocupação da Mesa Diretora no Plenário da Câmara do Deputados, em 5/8/2025;

nº 17.356/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a política de atendimento e de direitos da criança e do adolescente no âmbito dos conselhos tutelares;

nº 17.439/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – pedido de providências para que crie um programa de conscientização e combate ao assédio aos trabalhadores e trabalhadoras das prefeituras e órgãos públicos municipais e que oriente os municípios para o cumprimento da Lei Federal nº 12.317, de 2010, que determina a jornada de trabalho de 30 horas para o assistente social;

nº 17.440/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para o cumprimento da Lei Federal nº 12.317, de 2010, que determina a jornada de trabalho de 30 horas para o assistente social;

nº 17.441/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação de programa de fomento aos municípios para a contratação adequada de assistentes sociais, que atuem nas políticas sob a coordenação dessa pasta, e de combate à precarização do trabalho dessa categoria, tendo em vista a ampliação da terceirização e das contratações precárias que desvalorizam as funções exercidas por esses profissionais e comprometem a qualidade dos serviços;

nº 17.442/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para assegurar, na Lei Orçamentária Anual – LOA –, a destinação mínima de 2% do orçamento estadual ao Fundo Estadual de Assistência Social – Feas –, de modo a garantir recursos ordinários do Tesouro Estadual para o financiamento da política de assistência social, que atualmente tem cerca de 95% do seu financiamento assegurado por recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM;

nº 17.475/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que sejam adotadas medidas práticas voltadas à proteção dos trabalhadores que atuam na rede hospitalar dessa fundação, a fim de prevenir a ocorrência de episódios semelhantes ao registrado em 29/9/2025, no Hospital João Paulo II, quando uma técnica de enfermagem foi agredida por uma acompanhante mediante o uso de agulha recém-utilizada em paciente;

nº 17.476/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Estado participe de campanhas de conscientização e proteção dos trabalhadores, em especial a campanha Quem cuida merece respeito, que reforça o compromisso de proteger e valorizar os profissionais da área da saúde, tendo em vista episódios de violência

contra esses profissionais, como o ocorrido em 29/9/2025, no Hospital João Paulo II, quando uma técnica de enfermagem foi agredida por acompanhante de uma paciente, com o uso de uma agulha recém-utilizada;

nº 17.526/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações, tendo em vista o teor da resposta ao Requerimento nº 12.685/2025, consubstanciadas em cópia do Memorando SES-SUBVS-SVE-DVAST-CSAT nº 159/2025 e outros documentos técnicos encaminhados à Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora; em relatório das ações já adotadas pela referida superintendência, contendo cronograma, responsáveis, locais em que foram coletadas amostras e resultados preliminares, com evidência laboratorial, laudos e cadeia de custódia; em documento contendo indicação sobre a adesão do referido município à teleconsultoria e à Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – Renastt (disponibilização de teleconsultoria à atenção primária), com especificação de datas e responsáveis; na relação das medidas de vigilância epidemiológica e ambiental em curso (VigiSolo e vigilância ambiental) e em cópia do plano de investigação e monitoramento; em documento contendo informação sobre encaminhamentos ao Ministério Público do Trabalho – MPT – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e ações integradas já executadas em articulação com a Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, acompanhado de cópias de ofícios e relatórios; e em documento contendo as medidas previstas caso se confirmem níveis de contaminação acima dos limites legais, especificando-se os fluxos de assistência aos trabalhadores e à comunidade;

nº 17.527/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências, considerando a resposta oficial da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES – ao Requerimento nº 12.685/2025, que aponta indícios de exposição de trabalhadores e comunidades a metais pesados, para instauração de procedimento investigatório para apurar o cumprimento das obrigações previstas na NR-01 (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) e na NR-07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO); verificação da responsabilidade civil e ambiental da Nexa Resources, em articulação com a Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e a SES, quanto à contaminação do solo, da água e do ar, em especial no entorno do Córrego de Igrejinha e das Bacias Hidrográficas dos Rios Paraibuna e Paraíba do Sul; e determinação de medidas cautelares e preventivas, quando cabíveis, para proteção da saúde dos trabalhadores e moradores, inclusive com exigência de plano emergencial de monitoramento ambiental e médico;

nº 17.533/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de criação de políticas públicas para combate às violências e golpes contra idosos e proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil – Riaam do Brasil – pelo trabalho desempenhado em prol dos idosos;

nº 17.534/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proteção dos direitos sociais dos moradores do Bairro Alexandria, no Município de Esmeraldas, diante da regularização urbana local;

nº 17.536/2025, das deputadas Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Betão, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, para debater a proposta de privatização da empresa; e

nº 17.542/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada visita à Câmara Municipal de Nova Serrana e à Prefeitura Municipal de Nova Serrana para averiguar as medidas de proteção social adotadas para 107 crianças e adolescentes afastados de situações de trabalho infantil em estabelecimentos do setor calçadista no município, com a presença de representantes do Conselho Tutelar e do Sistema Único de Assistência Social – Suas – do município, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, do Ministério Público do Trabalho – MPT – e da Auditoria Fiscal do Trabalho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2025.

Ana Paula Siqueira, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2025

Às 10h41min, comparecem à reunião os deputados Zé Guilherme, Enes Cândido, Antônio Carlos Arantes, João Magalhães e Grego da Fundação (substituindo a deputada Chiara Biondini, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Maria Camargos, encaminhado pelo Fale com as Comissões, solicitando andamento para o Projeto de Lei nº 779/2019. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: mensagens do governador do Estado (dois ofícios em 14/8/2025 e 11/9/2025). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.366/2025, na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Enes Cândido); e, pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.550/2023, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Zé Guilherme), e 2.431/2024, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (relator: deputado João Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2025.

Maria Clara Marra, presidente.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2025

Às 15h45min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Andreia de Jesus, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos da implementação do projeto do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobre os direitos humanos das comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais diretamente afetados pelos traçados definidos, diante do desrespeito ao direito à consulta livre, prévia e informada, e a concessão da licença ambiental ao empreendimento, com a presença das secretárias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Estado de Desenvolvimento Social, na condição de convocadas, e suspende os trabalhos. Às 15h59 min são reabertos os trabalhos com a presença das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e dos deputados Antonio Carlos Arantes, Gustavo Valadares, Noraldino Júnior, João Magalhães, Grego da Fundação, Adriano Alvarenga e Zé Laviola. A matéria constante da pauta deixa de ser apreciada por não cumprir requisitos regimentais. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um

ofício em 7/8/2025); da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (um ofício em 22/8/2025); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 12/9/2025); do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (um ofício em 25/9/2025); do Ministério da Justiça e Segurança Pública (um ofício em 8/8/2025); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 1º/8/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 14/8/2025); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 1º/8/2025 e dois ofícios em 7/8/2025); da Companhia Energética de Minas Gerais (dois ofícios em 11/9/2025); e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (um ofício em 25/9/2025). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Alessandra Diniz Portela Silveira, secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Bárbara França Brasil, procuradora da Prefeitura Municipal de Contagem, representando a prefeita; Luciana de Souza Matias, liderança no Quilombo Família Mattias – Ekede no Ilê Axé Oya Laba Toju Omó – e professora de arte na Escola Municipal Paulo Mendes Campos; Makota Cássia Kidoialê, liderança do Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango em Belo Horizonte, e os Srs. Valdir Carlos Pontes, morador atingido de Estâncias Imperiais e membro da Comissão Nascentes Imperiais; Matheus de Mendonça Gonçalves Leite, advogado da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N’Golo; João Carlos Pio, superintendente de Políticas para Promoção da Igualdade Racial – Supir –, representando Marília Aparecida Campos, prefeita municipal de Contagem. A presidenta, coautora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2025

Às 16h9min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, a presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega de diploma referente ao voto de congratulações com a Escola Estadual Professor Cláudio Brandão pelos 70 anos de sua fundação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados da Escola Estadual Professor Cláudio Brandão: as Sras. Elizabeth Wilke Duarte, professora aposentada; Mariana Pontes Lopes Silva, presidenta do Grêmio Estudantil; e Verônica Barbosa da Silva, psicóloga e ex-aluna; e os Srs. Ernane Reis Gonçalves, professor aposentado da educação básica e ex-diretor da escola; Felipe Silvestre dos Santos, professor de educação física; Fernando José Santana Carmo, diretor da escola; Geraldo Afonso de Oliveira, professor da educação básica; Geraldo Maria Oliveira Santos, auxiliar de serviços da educação básica; e Marcelo Coelho Cardoso, professor e vice-diretor da escola; e Leonardo Evangelista de Souza, representante da União Colegial de Minas Gerais – UCMG. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Em seguida, é realizada a entrega do diploma aos congratulados. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/10/2025**

Às 10h7min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos do fechamento da Escola Estadual Professor Alberto Mazoni Andrade, situada em Belo Horizonte, para a comunidade escolar. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Dinara Macedo Faria e Kenia Karen Oliveira Barboza da Costa, mães de alunos da Escola Estadual Professor Alberto Mazoni; e Cacilda Bellose Sobreira, superintendente regional de Ensino da Metropolitana C, representando o secretário de Estado de Educação; e os Srs. Marcelo Alves Vieira, supervisor da Escola Estadual Professor Alberto Mazoni; Rogerio Batista de Oliveira, ex-aluno da Escola Estadual Professor Alberto Mazoni; e Claudio Marcio de Jesus, pai de ex-aluno da Escola Estadual Professor Alberto Mazoni Andrade. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, faz as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/10/2025**

Às 14h1min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a proceder, em audiência de convidados, à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com o Colégio Santo Agostinho e os professores e alunos do projeto Parque Cataguás. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Aparecida Debona Altoé, diretora do Colégio Santo Agostinho, Unidade Contagem; Inez Grícolo Silva, professora de história do Colégio Santo Agostinho, Unidade Contagem, e apoiadora da causa indígena; Julia Luísa Debona Altoé, Maria Eduarda da Silva França e Maria Paula Magalhães Santos, estudantes da 1ª série do ensino médio do Colégio Santo Agostinho, Unidade Contagem; e os Srs. Bernardo Ferreira Vinhal, estudante da 1ª série do ensino médio do Colégio Santo Agostinho, Unidade Contagem; e Moacir Alves Moreira, professor de ciências do Colégio Santo Agostinho, Unidade Contagem. A presidenta faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, é realizada a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os homenageados. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Luizinho, Hely Tarquínio e Lincoln Drumond, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 6/10/2025, às 10 horas, em Belo Horizonte, ao Centro Socioeducativo Horto, da Escola Estadual Jovem Protagonista, com a finalidade de fazer um diagnóstico sobre as condições de atendimento aos alunos e as condições de trabalho dos profissionais da educação lotados na unidade, além de fazer a escuta desses profissionais.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Clara Marra e os deputados Zé Laviola, Bruno Engler, Doutor Jean Freire, Lucas Lasmar e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/10/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.739/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Amanda Teixeira Dias e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/10/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos, nos direitos fundamentais à saúde, do encerramento da transferência de tecnologia da vacina contra a meningite pela Fundação Ezequiel Dias e do atraso na produção de soros antipeçonhentos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Noraldino Júnior, Antonio Carlos Arantes e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/10/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023, do governador Romeu Zema Neto, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2025.

Cassio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Hely Tarquínio, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/10/2025, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º turno sobre Emendas ao Projeto de Lei nº 4.222/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2025.

Zé Guilherme, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/9/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Allan Victor de Oliveira Santos, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

exonerando, a partir de 6/10/2025, Valéria Aparecida Simoes Coêlho, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Cássio Herbert Teixeira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;

nomeando Gabriela Gonçalves Roque Fontes, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lohanna;

nomeando Paula Cristina Aguiar Cardoso, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

nomeando Valéria Aparecida Simoes Coêlho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.



ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.997/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/3/2016, nas págs. 53 e 54, na Conclusão, substitua-se o texto do Substitutivo nº 1 pelo seguinte:

“SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta o § 2º ao art. 1º da Lei nº 10.868, de 25 de agosto de 1992, que dispõe sobre a aplicação gratuita dos testes de acuidade visual e

auditiva nos alunos da pré-escola e do 1º grau das redes pública e particular de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 10.868, de 25 de agosto de 1992, passa a vigorar com o seguinte § 2º:

‘Art. 1º – (...)

§ 2º – O teste de que trata o *caput* deste artigo deverá ser aplicado preferencialmente na data de matrícula dos alunos, podendo ser prorrogado por até sessenta dias.’.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”.

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/9/2025**

Na publicação da matéria em epígrafe, em 3/10/2025, nas pág. 90 e 91, onde se lê:

“Submetido a votação, é aprovado o Requerimento em Comissão nº 17.298/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a crescente demanda por *data centers*, o consequente aumento do consumo de energia elétrica e a medida provisória que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center – Redata –, bem como analisar o potencial do Estado para o desenvolvimento e atração de investimentos nesse setor estratégico.”, leia-se:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.296/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD – pela celebração dos 10 anos de sua fundação;

nº 17.298, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a crescente demanda por *data centers*, o consequente aumento do consumo de energia elétrica e a medida provisória que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center – Redata –, bem como analisar o potencial do Estado para o desenvolvimento e a atração de investimentos nesse setor estratégico, aproveitando sua vocação para a produção de energia mediante fontes renováveis.”.